

Em nome do pai, do filho e do porco: ou o espaço onde habitam

In the name of the father, the son, and the pig: or the space they inhabit

Pietro Gabriel dos Santos Pacheco*

Resumo

A presença portuguesa em Angola se deu até 1975, contudo, trabalhar os traumas do período ainda é bastante complicado. António Lobo Antunes usa o período em destaque para construir suas narrativas, tanto de causa quanto de efeito da Guerra na vida de suas personagens. Em *Até que as pedras se tornem mais leves que a água* (2017), temos um pai e um filho como personagens principais. Ambos estão ligados pelo sangue, não de modo genético, mas, sim, a partir de um episódio brutal e da consequência dele. Sabendo isso, este trabalho tem por objetivo analisar a construção da identidade desse filho, criança retirada de Angola e criada em solo português.

Palavras-chave

Identidade. Memória. Guerra Colonial. Lobo Antunes.

Abstract

The Portuguese presence in Angola lasted until 1975, however, working the traumas of the period is still quite complicated. António Lobo Antunes uses the highlighted period to build his narratives, both of cause and effect of the Colonial War in the lives of his characters. In *Till the stones become lighter than water* (2017), we have a father and a son as main characters. Both are connected by blood, not in a genetic way, but, yes, from a brutal episode and the consequence of it. Knowing this, this paper aims to analyze the construction of the identity of this son, a child taken from Angola and raised in Portuguese soil.

Keywords

Identity. Memory. Colonial War. Lobo Antunes.

A publicação de obras literárias com temáticas da Guerra Colonial e da presença do português anterior às independências das antigas colônias prolifera-se, principalmente pelo sentimento de trauma gerado com a perda do território e o êxodo de um número expressivo de retornados forçados a abandonarem terras que, durante

* Mestre em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

um expressivo período, foram tomadas por suas. Para alguns, trabalhar dentro desse tema é buscar no assunto o pano de fundo para lembrar os momentos vivenciados que a maioria prefere esquecer, ou simplesmente considerar um fato vencido. Mas sabemos que as feridas provocadas nesse período permanecem em aberto.

No caso português, a perspectiva literária, em grande maioria, se dá com a reprodução memorialística dos retornados e os processos de inserção deles na Metrópole renovada que floresce à luz da democracia. No caso de Angola, o processo de escrita legítima e dá voz para uma nação subjugada pelo português, munindo-se da língua do colonizador para, de forma uníssona, construir uma literatura por e para angolanos.

Em *Is the Post – in Postmodernism the Post – in Postcolonial?* (2003), Kwame Anthony Appiah defende que o passado colonial se encontra palpável e presente enquanto herança refletida em sua cultura. Não se pode apagar ou esquecer o ocorrido, entretanto, é possível construir, a partir dele e sobre ele, narrativas que repensem os anos de repressão e os impactos causados tanto para portugueses quanto para angolanos, moçambicanos e demais povos outrora colonizados.

Apesar de diferentes, as narrativas se encontram constantemente cruzadas, não apenas pela presença do português na vida do angolano e vice-versa, mas principalmente porque em ambos os casos temos uma reestruturação, revisitação, revisão e significação dos fatos. A literatura portuguesa contemporânea, objeto de nosso estudo, possui exemplos de escritores atuantes e resultantes desse período. Antigos soldados e retornados, por exemplo, figuram a história e recriam pela tinta e o papel os fantasmas de um momento recente no imaginário e memória lusitana.

António Lobo Antunes (1942-), um desses escritores, atuou durante o período colonial como médico militar e trouxe para sua narrativa a presença da Guerra, tanto pela memória quanto pela consequência do conflito na vida de suas personagens. E escrever sobre o período em que esteve em Angola só se tornou possível graças à liberdade adquirida com a Revolução dos Cravos, em 1974. Nas palavras do professor e teórico da literatura Carlos Reis, a escrita de Lobo Antunes:

[...] constitui, neste aspecto, um caso significativo, também se tivermos em conta a dimensão testemunhal e de certa forma autobiográfica de alguma da sua ficção, particularmente tendo em conta dois universos e dois tempos próprios: o universo e o tempo da guerra colonial que é praticamente o ponto de partida da sua ficção: o universo e o tempo da psiquiatria e do seu exercício, com incidência na configuração de personagens e de situações desmesuradas, socialmente descentradas ou mesmo neuróticas (REIS, 2004, p. 34).

Em seus romances de estreia, *Memória de Elefante* (1979), *Os Cus de Judas* (1979) e *Conhecimento do Inferno* (1980), o escritor já mostrava os dilemas de narradores protagonistas frente ao horror do conflito em Angola, bem como os resquícios da Guerra e os traumas causados por ela. São fantasmas que os acompanham e o puxam para um passado que permanece presente, mesmo tendo sido finalizado. Por exemplo, na segunda obra citada, o protagonista, ainda em Angola, narra que:

Há onze meses que só vejo morte e angústia e sofrimento e coragem e medo, há onze me masturbo todas as noites, há onze meses que não sei o que é um corpo ao pé do meu corpo, e o sossego de poder dormir sem ansiedade, tenho uma filha que não conheço, uma mulher que é grito de amor sufocando em um aerograma, amigos cujas feições começo inevitavelmente a esquecer, uma casa mobiliada sem dinheiro que não visitei nunca, tenho vinte e tal anos, estou a meio da minha vida e tudo me parece suspenso à minha volta como as criaturas de gestos congelados que posavam para os retratos antigos (ANTUNES, 1979, p. 64).

A narração em primeira pessoa, característica nas obras de Lobo Antunes, não se dá através de um discurso linear, mas sim a partir da expansão de consciência da personagem; em outras palavras, trata-se da evocação de discursos que surgem à medida que os fatos vividos são acessados. Como observado, a situação presente abre possibilidades de reflexão sobre a vida e as expectativas daquele que detêm o discurso. Carlos Reis, em seu artigo “A ficção portuguesa entre a Revolução e o fim do século”, publicado na *Revista Scripta*, ao teorizar sobre a literatura do ex-combatente, afirma que nela:

[...] encontra-se com frequência figuras, episódios e sentidos que se reportam à descolonização, ao Portugal supostamente “modernizado”, ao redimensionamento europeu da nação, às neuroses, às mistificações e aos pequenos dramas humanos que esse Portugal pós-colonial acolhe (REIS, 2004, p. 35).

A partir da abertura política, surgem romances que possibilitam a emersão de uma história diferente daquela denominada “dos vencedores”; surgem vozes a ecoar sobre um espaço ocupado por um único som. Essas narrativas instauram uma dissonância no discurso oficial que dá visibilidade para as feridas causadas pela guerra e o trauma, além de mostrar as consequências do período sobre a história de Portugal e de seus habitantes.

Os anos que sucederam o período em Angola refletem na vida das personagens, na de todos, e não apenas na daqueles que estiveram em território

africano. Estamos falando daqueles que ficaram na metrópole e aqueles que retornaram para ela. A Guerra fez vítimas diversas, não apenas as que combateram, mas também as que permaneceram em Portugal. Contar sobre elas, repensar sobre a vida pós-1974, é o pilar principal para entender a obra antuniana.

Além disso, outro elemento importante para a compreensão das obras de Lobo Antunes é a sequência cronológica e associações rizomáticas que se sobressaem às sequências lógicas; em outras palavras, a narrativa constrói-se de maneira fragmentada e desordenada, tendo como agentes o consciente e o subconsciente.

Para explicar essas associações, recorreremos à teoria de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que se munem de termos da botânica para explicar em nível filosófico o conceito de rizoma. Por rizoma, entende-se uma estrutura composta de ramificações. Ele tem a capacidade, sem um centro comum, de ligar pontos. Mais detalhadamente, lemos abaixo que, num rizoma:

Cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda a natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estado de coisas (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 20).

Desenvolvido na horizontalidade, o rizoma não começa nem termina, sendo assim descentralizado, cada ponto dele pode ser conectado a qualquer outro. Se aceitarmos a ideia enquanto sistema aberto, estamos acatando a noção de que o rizoma é formado por circunstâncias.

No caso de António Lobo Antunes, essa associação rizomática encontra-se acima da sequência lógica dos fatos e faz com que, nas palavras de Raquel Trentin (2018), a imagem da personagem seja “alimentada por uma dinâmica de afirmação e negação, que muitas vezes recai na contradição ou no paradoxo; e sua duração é marcada por rupturas, silêncios, vazios, que elevam os desafios da leitura” (p. 32).

Em *Até que as pedras se tornem mais leves que a água* (2017), um de seus últimos romances publicado, temos novamente a Guerra Colonial servindo de pano de fundo para a construção do universo ficcional que envolve um pai e um filho. Ambos estão ligados pelo sangue, não de modo genético, mas sim a partir de um episódio brutal e da consequência dele: a morte dos dois dentro de um ritual tradicional conhecido como a matança de porcos. A concepção narrativa enquadra-se, nas palavras de Paulo Ricardo Kralik Angelini (2018, p. 97), em uma arquitetura antuniana,

onde: “dois narradores principais, autodiegéticos, revezam-se numa rememoração que apresenta tempos e espaços sobrepostos”.

Via fluxo de consciência, outra técnica recorrente adotada pelo autor, as duas personagens vão reconstruindo sua trajetória, oscilando entre a memória e o trauma de um período bastante recente nas histórias portuguesa e angolana. Trata-se de um mesmo fantasma, confrontado sob diferentes perspectivas.

Sobre a obra literária em análise, temos um pai branco, ex-alferes português que, após saquear e queimar uma aldeia, matando seus habitantes, observa um miúdo ainda vivo. Em um excesso de culpa, raiva ou, como descobrimos posteriormente, solidão, decide pegar a criança e cuidar dela. Esse menino é o “filho preto”, objeto de nosso estudo, que é retirado de sua terra natal e levado para a metrópole.

Para o miúdo, estar em Portugal é ser obrigado a “civilizar-se”, adquirir práticas e discursos que não são próprios de sua experiência. Moldar-se para não sucumbir: embranquecer, “perder o cheiro dos pretos” (ANTUNES, 2017, p. 43). O indivíduo, ao se deparar com o novo meio, assume uma máscara imposta, ou aquela mais adequada para tentar desenvolver o sentimento de pertencimento àquele contexto.

A tentativa de assumir uma nova identidade, no caso da narrativa, remonta à ideia de colonização, pois tornar-se parecido com o português é renunciar à tradição, é incorporar uma nova cultura através de modos de ser e parecer, perder sua angolanidade e aproximar-se mais do modelo civilizado de seu colonizador, adotando este discurso e reproduzindo-o, como lemos:

Porque os pretos são estúpidos não é, não entendem bem, não é, mais perto dos animais que da gente não é, iguaizinhos aos macacos não é, devíamos atirar-lhes amendoins e pronto não é, uma banana não é, um coco não é, todos os macacos gostam de cocos, lê-se nos livros (ANTUNES, p. 48).

Essa adoção de práticas socioculturais se dá pelo caráter maleável da identidade que se encontra sujeita a modificações, alterações e novos comportamentos. Entretanto, alguns fatores contrapõem o novo estilo de vida adotado. A diferença étnica existente, no caso do romance em análise, é um fator primordial. Apesar de a política colonial ter sido finalizada oficialmente, ainda se encontram resquícios do discurso colonialista, como afirma Isabel Castro Henriques.

Para a autora (2013, p. 127), “a visão negativa do africano, fortemente

enraizada em Portugal durante séculos, através de ideias, de mitos, de imagens, de conceitos e preconceitos, injectou marcas profundas na sociedade portuguesa”. A condição subalterna do filho preto se torna um agravante e, ao longo da narrativa, cria um bloqueio entre o sujeito e a sua comunidade. Civilizar-se é se vestir, falar, agir como um português, porém, mesmo que o personagem reproduza elementos da cultura metropolitana, sempre será visto como o outro.

Esse caráter identitário fluido o aproxima, mas também o afasta, dos demais membros comunitários, uma vez que a herança colonial é forte e a memória do período, para o filho preto e para os portugueses, sublinha fatores de diferenciação entre os sujeitos. O discurso de ódio e preconceito proferido pelo protagonista angolano, por exemplo, evidencia isso: “O que se espera de um preto?” (ANTUNES, p. 43).

Quando trabalhamos com o conceito de subalterno, recorremos à teoria de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), que problematiza o termo e define o grupo escolhido como sendo formado pelas “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da impossibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p. 13-14).

Essa impossibilidade encontrada pelos indivíduos inferiorizados de se inserir por completo dentro de um quadro político-social, apontada por Spivak (2010), ocorre principalmente por causa da presença de discursos que remontam a um período historicamente vencido, mas que se encontra enraizado, em forma de preconceito do colonizador, no pensamento dos membros da comunidade subjugada.

Ao longo das páginas da obra antuniana, percebemos que a identidade do filho preto está fragilizada, pois, na mesma proporção em que se absorve o comunitário, a personagem não se enxerga como parte integrante do mecanismo português. O próprio inconsciente revela o constante fracasso da identificação. Embora tenha sido renomeado e fale como um português, o personagem jamais vai ser visto como um, jamais vai se sentir um.

Falar, além de significar estar em condições de empregar certa sintaxe, ou possuir a morfologia de tal língua, é, para ele, sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização e tornar-se agente ativo de certa comunidade. Mais do que possuir um nome, existe uma força produtora de signos e significados nela.

Frantz Fanon, no capítulo intitulado “O negro e a linguagem”, aponta a

importância da fala da aceitação de sentidos e da reorganização do lugar do indivíduo no mundo. Falar aqui é se posicionar, é dar voz para o processo de conscientização e construção da identidade. Falar é legitimar a identidade, é se posicionar enquanto ser humano.

Todavia, embora o filho preto consiga falar no sentido literal, quando avançamos para o caráter dialógico, percebemos nele uma ausência do poder de fala. Uma consciência da diferença, em um primeiro momento, externada, via racismo, nas assimetrias fisiológicas: o corpo, o formato do rosto etc., seguida da expressão de memórias turvas, antigos dialetos e de cenas esparsas de uma mulher que parece com a mãe da personagem que pode ser ela, ou que é apenas fruto de sua imaginação.

[...] recordo-me de uma mulher que falava comigo

– Kamona

Uma outra mulher de que não distingo as feições para a mulher que falava comigo

- Euá

Descalças, com panos na cintura, troncos ao léu e os dentes serrados, recordo-me de um rio e de criaturas junto ao rio, sem nariz, sem dedos, a lavarem-se com os cotos das mãos, recordo-me de galinhas minúsculas, de homens a fumarem cachimbos de cabaça, do meu pai vestido de verde a agarrar-me, protegendo-me de outros sujeitos vestidos de verde (ANTUNES, 2017, p. 35).

A citação acima exemplifica a afirmativa anterior, pois no primeiro fecho de memória temos duas figuras, uma feminina e desconhecida, que posteriormente ele identifica como sua mãe, e uma presente e conhecida, a do pai branco, por quem foi adotado.

A imagem da mulher deitada, misturada com antigos dialetos, e a imagem de uma Angola ainda em guerra colonial figuram na mente da personagem. Entretanto, a identidade da mulher permanece desconhecida, assim como a das pessoas a se lavarem com os cotos das mãos e a dos homens a fumarem cachimbos de cabaça. Contudo, o único a ser identificado é o pai branco, vestido de verde.

A cena descrita surge junto com os primeiros cacos de memória, neles as cenas são turvas e cortadas brutalmente, sem muita profundidade. Para explicar sobre a lembrança, nos debruçamos em Joël Candau (2018), que, em seu livro intitulado *Memória e identidade* (2018), teoriza sobre a memória enquanto um pilar base para a construção da identificação. O autor vai dizer:

A memória [...] é essencialmente uma memória de recordação, de reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou

pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.) (CANDAU, 2018, p. 23).

Essa memória de recordação e reconhecimento surge, nas palavras de Candau, como uma invocação involuntária. Seria necessário um dispositivo para que as lembranças no inconsciente da personagem fossem despertadas, um cheiro, uma foto, uma situação capaz de trazer à tona a memória recalçada. Ao acessá-lo, o indivíduo passa a adquirir maior autonomia e conhecimento sobre si mesmo. Na sequência, Candau afirma:

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança da sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si mesmo (CANDAU, 2018, p. 59-60).

No caso do filho preto, em *Lobo Antunes*, o gatilho de acesso ao inconsciente se dá por antigos dialetos que vêm na mente da personagem, palavras soltas que vão criando conexões fracas com situações vivenciadas: “outra identidade, outra terra, outros pais” (p. 79). As denominações associadas pelo filho preto constituem uma primeira tentativa do inconsciente de reconhecimento do sujeito enquanto angolano. Indo mais a fundo na questão que envolve o nome e a sua memória enquanto primeiro fator de identificação, Candau (2018) continua:

Todo dever de memória passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios. Apagar o nome de uma pessoa de sua memória é negar sua existência; reencontrar o nome de uma pessoa é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer e reconhecê-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade (p. 68).

A nomenclatura, a memória e a identidade encontram-se ligadas. O nome está relacionado à identificação primária e diz muito sobre nossas origens. Mesmo que entre em contato com outros fatores que o formem e transformem ao longo da caminhada do sujeito, ter um nome é pertencer a algo, é ter um norte. Na obra antuniana, o filho preto segue inominado, logo, sem o elemento basilar de sua identidade. Contudo, o mais próximo que a personagem chega nesse processo acontece com as primeiras lembranças dialéticas, com as denominações que são relacionadas a ele – Miúdo Malassa, Miúdo Machai, Martelo Chibango – e é a partir delas que ele passa a buscar suas origens.

Longe de ser um processo particular, o caminho de formação identitária encontra-se sempre interpelado pelo meio em que o sujeito está inserido, tanto

quando falamos do presente quanto do passado. E estar longe da sua condição primária de vida, como quando em Angola, dificulta o processo. Temos aqui um duplo problema, o primeiro vinculado à distância temporal entre o hoje e o fato, e o segundo ligado às novas condições de vivência da personagem.

Nas palavras de Stuart Hall (2017, p. 15-16), “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida”. Em outras palavras, queremos dizer que, neste jogo de poderes no qual se conquista e se deixa de lado elementos no processo de construção do sujeito, o meio exerce grande influência sobre o indivíduo. Esse trabalho de coleta histórica individual só se torna possível graças ao artifício memorialístico. Sobre isso, Candau nos adverte que:

Se admitirmos que os seres humanos não são “indivíduos” atomizados, “criando suas identidades e perseguindo seus objetivos independentemente uns dos outros”, reconhecemos ao mesmo tempo que a sociedade existe. É necessário então supor que os sujeitos são capazes de se comunicar entre eles e acessar, assim, um compartilhamento mínimo do trabalho de produção de significações (CANDAU, 2018, p. 31).

Acessar o passado, mesmo que ele pareça distante e fragmentado, se faz importante para que o filho preto chegue o mais próximo de sua gênese. Apesar de parecer uma jornada solo, ela é compartilhada, pois o homem é um ser social que se forma e se transforma de acordo com o contato com os grupos que o cercam.

O cenário, as pessoas, tudo contribui para a construção da personagem e são facilitadores no processo de adoção de práticas culturais comunitárias por ele. Identificar-se como negro e descendente de angolanos mortos por um sistema econômico é crucial para a compreensão da identidade do sujeito. Antes de existir o pai branco, havia outro pai; antes da chegada em Portugal existia uma vida diferente da conhecida.

A própria construção memorial é completada por espaços pelos quais o menino, agora adulto, passou e, principalmente, por pessoas que conheceu e foram contribuindo para a sua formação.

Vemos essa cena algumas vezes repetida na narrativa, cada vez mais forte e nítida graças ao movimento de memorização, ao primeiro contato com a lembrança evocada e, por conseguinte, devido à rememoração, estágio que leva o sujeito a reconhecer outros fatos que anteriormente foram deixados de lado. Sobre esse assunto, Candau mostra que:

De fato, o ato da memória que se dá a ver nas narrativas de vida ou nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especificamente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido, mas o que fica do vivido. O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa (CANDAU, 2018, p. 71).

Temos, assim, a identificação seguida da reconstrução ainda tímida do passado, porém a distância entre o acontecimento e a recordação torna a acessibilidade com a memória mais complexa. O sujeito, ao recuperar parte do vivenciado, passa a se enxergar enquanto persona com condições outrora subalternas, estabelecendo uma conexão simbólica com a lembrança fragmentada. E o caco de informação acessado se funde em um processo discursivo, marcando o fechamento e “a produção de efeito de fronteiras” (HALL, 2010, p. 206).

As fronteiras, dentro dessa teoria, ajudam a relativizar o poder e o saber da narrativa “oficial”, fornecendo novas perspectivas de escrita e nos dando diferentes pontos de vista; a narrativa possibilita mostrar que no interior das culturas existem múltiplas formas de conhecimento e experiência capazes de depor contra os saberes e poderes coloniais, e mais, de colocar em xeque tudo aquilo que foi declarado único e suficiente, além de expor os estereótipos e problematizar as relações entre colono e colonizado, como na passagem a seguir: “Veio-me assim e claro que não estima, aliás a gente os pretos, tão próximos dos macacos, nem sonhamos o que é isso, matamos galos à dentada, comemos vísceras cruas, não tapamos as vergonhas, desconhecemos tudo acerca de emoções” (ANTUNES, p. 111).

Nas palavras de Homi Bhabha (2001), as identidades não se constroem mais em singularidades, como o gênero e a classe, mas sim nas fronteiras das diferentes realidades: “porque só os brancos podem queimar, matar, cortar orelhas e à gente cabe-nos o destino de sermos queimados, mortos, amputados” (BHABHA, 2001, p. 79). O que podemos chamar de entre-lugar se constitui como um pensamento linear formado nas fronteiras, nas bordas, no limite entre o eu e o outro. Esse espaço é destacado dentro da identificação cultural tanto individual quanto coletiva.

Ele só pode existir quando os seres encontram na relação social o diferente, quando ocorre um estranhamento. As definições aprendidas pelo sujeito, até esse momento, entram em conflito e colocam à prova todas as certezas carregadas até ali. É a partir desse espaço que se criam saberes. No livro intitulado *O local da cultura* (2001), Bhabha afirma que:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente que inova e interrompe a atuação do presente. “O passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não nostalgia, de viver (BHABHA, 2001, p. 27).

Ao escolhermos falar sobre esse espaço, estamos nos afastando da singularidade e partindo para novas estratégias de construção de identidades. É nesse terreno que brotam os novos signos de identificação e ocorre a contestação e a definição da própria ideia de sociedade. É a partir dessa fronteira que os indivíduos se enxergam como pertencentes de algo e são transformados. Perspectiva semelhante iremos encontrar no pesquisador Boaventura de Souza Santos, no livro *Pela Mão de Alice* (2010). Segundo ele:

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época em época dão corpo e vida a tais identidades (SANTOS, 2010, p. 135).

As identidades seriam, nessa visão, identificações em curso e encontram-se fragmentadas pela modernidade líquida. Vivemos na fronteira de situações distintas, e isso produz, em nós, um novo sentido de realidade. O conceito de entre-lugar, formulado pelos teóricos citados, está relacionado ao modo e visão de como os grupos subalternos se posicionam diante do poder e como realizam estratégias para o seu empoderamento. Na obra em análise, lemos:

pôs-me a língua de fora não sei se por eu ser preto ou por eu ser pessoa, acho que por ser preto, vontade de perguntar-lhe
– Já encontraste um preto morto tu?
Não numa senzala, numa urna, de gravata como vocês, sapatos, mãos brancas nas palmas e escuras no dorso, o nariz achatado, essa espécie de lã do cabelo (ANTUNES, p. 39).

O entre-lugar é, ainda, um espaço que possui limitações importantes que não podem ser eliminadas de análises, visto que, já não guiado pelas narrativas ordinárias, apresenta um nítido papel político-social. Não devemos esquecer, contudo, que apesar de trazermos um personagem principal angolano, estamos falando sobre a

narrativa construída a partir da visão de um escritor branco, europeu e participante da guerra colonial.

Na mesma linha de Hall (2000), Santos (2010) e Bhabha (2001), outro teórico que pensou sobre os limites do entre-lugar foi Edward Said, palestino e radicado no Reino Unido. Em uma de suas obras mais conhecidas, intitulada *Fora do Lugar* (1994), na qual problematiza a influência do colonialismo na criação e nas relações familiares do próprio autor, ele nos diz que:

Ser eu mesmo significava não apenas nunca estar totalmente certo, mas também nunca me sentir à vontade, sempre esperando ser interrompido ou corrigido, ter minha privacidade invadida e minha insegura pessoa atacada. Permanentemente fora do lugar (SAID, 1994, p. 41).

Se para Said a presença do inglês sempre foi um fator de impedimento de sua identidade palestina, para o filho preto, em Lobo Antunes, o processo é semelhante. A sensação de estar fora do lugar, embora acolhido pelos familiares da forma deles, se encontra presente. “Não serei eu todo as orelhas que ele cortou não serei o seu troféu?” (p. 45). O pai branco, a esposa e todos aqueles que convivem com a personagem e reproduzem preconceitos, ou ressaltam a inferioridade do filho preto, contribuem para a fixação de insegurança e não-pertencimento completo. A invenção de valores e tradições colonizantes permanece aqui.

No caso da obra literária, a disfuncionalidade familiar contribui para a formação e desenvolvimento do filho preto. O pai branco, visitado pelos fantasmas do passado, busca reafirmar-se enquanto o homem que seu progenitor esperava, é moldado pela guerra colonial – “aprovou em Angola todos os porcos que matei e se alegrou com os gritos, os sangues, as tripas (ANTUNES, p. 16)” – e constantemente visitado pelas lembranças, em sonhos, desse período: “e nesta noite, conforme tantas vezes desde há quarenta e três anos, tornei a sonhar com África (ANTUNES, p. 13).

A mãe, por sua vez, não é a mesma rapariga que seu pai namorou por vinte e sete meses por cartas, com o tronco, a barriga e as nádegas revestidas por peles que “badalam, badalam, conforme as costas se encaracolam” (ANTUNES, p. 19). A filha do pai e irmã-postiça do filho nasceu dois anos depois do retorno de Angola, ela é parecida com a avó, silenciosa e séria, possui também traços fisiológicos de sua mãe – “os mesmos passos cheios de ancas que não ligam umas com as outras, os mesmos passos cheios de ancas que não ligam umas com as outras, ao mesmo tempo gordas e ossudas” (ANTUNES, p. 19) –, mas prefere abster-se de compartilhar

suas intimidades, o que a torna distante de seus familiares.

Sua Excelência, outra personagem recorrente, é companheira do filho; a relação de ambos é complexa, visto que a própria nomeação da mulher evidencia uma ordem classificatória de poder; uma orelha trazida de África pelo pai é entregue para ela; como consequência, ela também passa a exercer influência sobre ele: “os brancos diferentes de nós do mesmo modo que Sua Excelência diferente de mim” (ANTUNES, p. 154). Cada um, à sua maneira, vai compondo a construção identitária do protagonista, que cresce cercado pelos silêncios, afastamentos e pequenos momentos de quase felicidade. E essa alegria é constantemente interrompida pela reprodução de discursos públicos reprojatados no privado, por um diálogo, ao redor da mesa, por olhares e convivências diárias.

A presença e influência nos modos de ser e parecer vão sendo plantadas dentro do filho, que cresce tendo em si um hibridismo que oscila entre “rejeitar suas origens e embranquecer”, em um primeiro momento, e, em um segundo, “aceitá-las”. O que temos aqui é a própria condição do colonizado ao longo da história. Não importa o quanto negue, ou se aculture, existe uma força identitária que se ganha no nascimento e permanece, mesmo que de maneira inconsciente, lembrando quem ele um dia foi, as suas raízes angolanas. E não importa o quanto incorpore outras tradições, existe aquela primeira que sempre o acompanha.

Estabelecendo um breve paralelo entre a condição vivenciada por Said e a que caracteriza a personagem em análise, podemos ver uma série de conflitos que se cruzam e apontam para a importância, mesmo após o fim do colonialismo, da visão do colonizador sobre o colonizado, tanto em âmbito externo, quanto, e principalmente, interno com seu pai.

Até que lentamente eu um preto de novo, até que lentamente
– Odeio o teu cheiro afasta-te
E eu inofensivo na camilha, eu inútil, eu um bicho, eu um fraco
– Não compreendo o motivo de continuar contigo
[...] sem levatares a cabeça para mim, desprezando-me, mandando-me por a
mesa, mandando-te servir-te um copo de água da cozinha, sentar-me numa cadeira
afastada da tua [...] (ANTUNES, p. 306).

Já em Said, lemos o seguinte trecho:

Quaisquer que tenham sido os fatos históricos reais, meu pai representou uma combinação devastadora de poder e autoridade, disciplina racionalista e emoções reprimidas; e tudo isso, como percebi depois, influenciou a minha vida inteira, com alguns efeitos bons, mas com outros inibidores e debilitantes (SAID, 1994, p. 31).

O pai, em ambos os casos, representa o dominador, e a falta de voz que outrora existia na vida pública dele é projetada no âmbito privado e familiar. No caso literário, por exemplo, nas falas do filho preto, percebe-se constantemente a intromissão de figuras portuguesas autoritárias: o pai branco e a Sua Excelência, mulher com quem se relaciona, entre outros.

Saqueada e aculturada, a personagem precisa se adaptar, tal como seus antepassados fizeram quando novos portugueses chegaram e dominaram seu território. A diferença, entretanto, é que, no romance de Lobo Antunes, é a personagem que vai para Portugal, porém, independentemente disso, permanece subjugada pelo resto de um colonialismo que sobrevive ao tempo.

O que fica evidente no caso da narrativa é uma tentativa de calar ou dominar o discurso da personagem, impedindo-a, assim, de alcançar sua consciência. Em outras palavras, podemos ver certa influência, principalmente, da figura masculina como determinante do processo de identificação, tanto quando lembra quem o filho preto é quanto ao mostrar para ele aquele que não deve ser.

Sendo assim, a identidade é uma tentativa de explicar a si mesmo, é o fruto de uma construção psicológica e como tal encontra-se constantemente mediada por diferentes narrativas: a memória, a contribuição do outro, as relações no presente. É um processo de construção definido pela mediação constante das identidades "assumidas" e daquelas que "são visadas", em uma paráfrase da teoria de Dubar (1996). Ou seja, esse espaço existente entre a primeira identidade e a segunda auxilia o sujeito no processo de construção do Eu.

Ao narrar sobre o filho preto, Lobo Antunes escolhe contar a história daqueles que foram atravessados pela Guerra Colonial e ainda se encontram feridos ou perseguidos pelos fantasmas do momento. Ele pensa na condição do negro que por séculos foi subjugado e explorado pelo branco, os discursos sobre a personagem evidenciam uma versão da história não tão discutida. Narrar a vida do filho é trazer para Portugal a necessidade de se falar sobre e ele mostrar que existe uma dívida histórica a ser reparada.

A personagem angolana tem um novo pai, uma nova família, vive em outro contexto que não o seu originário, entretanto ela constantemente é lembrada sobre seu passado, sobre quem era antes da presença do pai branco. Ligado a isso, temos os fatores internos, as memórias traumáticas que bloqueiam o indivíduo. Mesmo que

se entregue ao hoje, existe uma força maior que o inclina para trás, numa visão quase benjaminiana.

A famosa imagem da obra de Paul Klee foi analisada e incorporada pelo escritor Walter Benjamin em sua nona tese sobre *O conceito de história*, na qual aproxima o quadro do processo de construção histórica. Observa ele:

[O anjo] tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter este aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstruir, a partir de seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha em suas asas, e que é tão forte que o anjo já não consegue fechar [...]. Aquilo que chamamos o progresso é este vendaval (BENJAMIN, 2010, p. 13).

Esse olhar para o passado a partir da memória se faz necessário para resgatar aquilo que foi perdido: a primeira identificação. É necessário que aconteça um processo de reconhecimento que leve a personagem ao empoderamento dessa recordação. O filho preto, de bruços na terra, dividido entre duas vidas. Mesmo crescendo em um ambiente pós-independência, sua história está entrelaçada com a dos demais angolanos e isso sempre vai ser lembrado. Tal qual é mostrado na sequência de facho da lembrança que seguem vivas no inconsciente da personagem:

Nos primeiros tempos os gritos assustavam-me, apetecia-me gritar também e não era capaz conforme não era capaz de gritar em África enquanto arrancavam orelhas e cortavam mãos, também não era capaz de proteger a mulher que me introduzia na boca o seio vazio nem o homem que nunca olhou para mim e morava com ela, sempre a fumar mutopa com os companheiros, esse um tiro nas costas seguido [...] de um tiro na nuca [...] (p. 191).

Essa identificação encontra-se ligada a uma ressignificação através dos mitos e da performatização da oralidade anterior ao colonialismo; por exemplo, antigos dialetos são falados e repensados pela personagem – Aiué mamá –, não excluindo, contudo, a presença portuguesa. Nesse sentido, ainda na visão benjaminiana, a posição do filho preto não contempla o futuro, mas é constantemente impulsionada pelo passado, tal como as demais narrativas de caráter pós-colonial.

Ao entender que era parte de algo maior, com um passado embebido na guerra, o filho se encontra dividido entre a vivência em Portugal e as lembranças de Angola. Apesar da família desestruturada na Metrópole, não podia esquecer daquela

que perdera na colônia, nem de quem foi o responsável por torná-lo órfão. Encarar o ocorrido desestabiliza o protagonista, que se vê confuso dentro da incerteza dos fatos.

Até o último minuto questiona-se se as imagens que vêm à mente seriam sonhos. Ou criações a partir de histórias ouvidas? Se calhar não foi ele. As memórias do narrador autodiegético são maleáveis e podem ser moldadas por seu portador de acordo com a sua inclinação (mas foi ele).

Estamos evocando as teorias apresentadas por Stuart Hall e demais pensadores do conceito de identidade, que apontam para o caráter maleável desta, nunca tomado conscientemente, mas sempre imposto pelo meio em que o indivíduo está inserido e pelas lembranças trazidas e reorganizadas conforme elas são evocadas. Por sermos seres sociais, estamos constantemente sendo moldados por um sistema maior e globalizante à mesma medida que aspectos internos constituem aquilo que somos, por meio daquelas com quem convivemos.

Entretanto, apesar dessas mudanças, a memória do passado se mostra como elemento identitário básico, uma vez que o acesso a ela nos possibilita enxergar quem um dia fomos. No caso da personagem em análise, o filho preto, essas lembranças, iniciadas por palavras em dialeto desconhecido, mas nem tanto, o levaram a buscar elementos de identificação no inconsciente e problematizar a sua condição dentro da sociedade.

Os efeitos prolongados por essa dominação permanecem, não completos, mas como lascas de um período que marcou a história. O filho preto encontra-se em Portugal, não em África, contudo, estar nesse espaço não o torna cidadão pleno. As diferenças físicas funcionam como um primeiro elemento de diferenciação que vai se agravando à medida que elas passam a dialogar com as internas.

[...] se o meu pai ali estivesse surgia das labaredas, dos estrondos, dos corpos mutilados, do fundo do horror a segurar-me o cotovelo impedindo os homens verdes de me fazerem mal
– Este é meu
impedindo que me jogassem ao chão, me esmagassem as costelas, me cortassem a orelha, me pusessem numa garrafa de álcool de olhos abertos, chorando [...]
(ANTUNES, 2017, p. 85).

Essa memória, cada vez mais forte e clara, passa a criar no filho certa noção de pertencimento e condição primária que, por motivos, sobretudo históricos, o coloca como inferior ao português. Essa compreensão de si é fruto da herança colonial,

principalmente a vivida por ele durante a Guerra Colonial e o momento de encontro com o Pai Branco.

Sendo assim, Joël Candau vai afirmar, em *Identidade e Memória* (2018), que, “mesmo nesses casos de nostalgia identitária mórbida, a memória precede a construção da identidade, sendo um dos elementos essenciais da sua busca ‘extrema, individual e coletiva’” (CANDAU, 2018, p. 18). O acesso a esse passado e a possibilidade de identificação com sua condição encontram-se sempre mediados pelo contado com o outro (sua família) e o imposto por elementos culturais e discursivos.

Trata-se do processo híbrido mediado pelo outro e pela memória, esta que surge turva, mas que, ao ser acessada diversas vezes, torna-se imagem clara de um período traumático para o filho preto e toda uma nação. Sendo assim, a memória constitui o pilar base, talvez o mais importante dentro do processo de construção identitária e na literatura antuniana; temos fatores que comprovam isso.

Por ser sobrevivente do período, o peso de vingar-se daqueles que para trás ficaram se tornou uma opção. Virar assassino daquele que matou seus semelhantes é próprio das tragédias clássicas, ou de uma visão platônica de libertação da condição atual.

E não queria matá-lo, palavra de honra que não queria matá-lo, poisei a faca na mesa da cabe, voltei a apanhá-la, voltei a poisá-la, não queria mata-lo, não queria ver o sangue, não queria ouvir seus gritos, não queria olhar para os alguidares no chão, a mãe de Sua Excelência a desprezar-me

– Um preto

Quando o meu pai não me desprezou, defendia-me

– Ai de vocês se lhe tocam

Se calhar não foi ele

(mas foi ele)

Quem cortou as orelhas, se calhar não foi ele

(mas foi ele)

Que decepou as mãos, se calhar não foi ele

(mas foi ele)

Quem furou as costas do meu pai e o deixou de bruços na terra, se calhar não foi ele

(mas foi ele) (ANTUNES, p. 445).

Matar é tirar o peso de uma nação subjugada, morrer é renunciar à herança colonial e se tornar leve. Os traumas e conflitos insuperáveis constituem cicatrizes emocionais que acompanham a personagem ao longo de uma memória fantasmagórica e pesada que a acompanha. Ao longo do romance, percebemos um narrador que busca ir contra as forças que o puxam para o passado, mas é em vão,

pois ele é constituído por lembranças. Existe uma força maior que o impulsiona a visitar o passado. Pois um homem sem memória é um homem sem história. E negar que existe uma vida antes do contato com o pai branco cria a incerteza de um presente envolto em preconceitos e imersões rasas dentro da comunidade portuguesa.

A morte do pai representa a liberdade do passado sanguíneo causado pela guerra, a soltura das amarras que o prendiam aos gritos e mortes dos negros em Angola. Em um dos trechos, quando questionado sobre o motivo de levar o menino, o pai branco responde: “– Talvez daqui a muitos anos se vingue e me mate” (ANTUNES, p. 336).

Já para o filho, a morte é o último elo a ser quebrado, e que o aprisionava em preconceitos, memórias vividas, lembranças perdidas que voltam de repente, acrescentadas por outros e tomadas como suas: “um pedaço de carne, um pedaço de manga, um pedaço de pele que disputavam, ameaçando-se, rosnando-se, mordendo-se, quem me explica se estou em África ou em Portugal senhores, quem me explica onde vivo [...]” (ANTUNES, p. 376).

O período vivido em África ligava pai e filho, ambos compartilhavam uma lembrança, um período traumático. Não era o amor, mas o trauma que os conectava, um passado marcado pela guerra, pela perda, no primeiro caso, pela ausência de si mesmo deixado em Angola e, no segundo, pela ruptura de quem um dia foi.

Na narrativa, pai e filho caminham juntos pela última vez, como ato que marca o encerramento de um ciclo iniciado em Angola, quando um encontrou o outro. E no olhar de solidão que ambos compartilhavam, que fez querer levar a criança para Portugal. A morte é a passagem, é a libertação. “Incapazes de entenderem que gostávamos um do outro, que eu tinha de fazer aquilo e ele de aceitar que eu fizesse aquilo para que tudo certo finalmente e nós os dois em paz, pai e filho, sem ninguém a separá-los” (ANTUNES, p. 301).

O lugar para do ato final é a matança de porcos, uma cerimônia tradicional dentro da aldeia em que o pai branco cresceu. O animal a ser sacrificado lembra o sangue angolano que foi derramado, a comparação dos negros com o porco acontece.

Enquanto eu preto, eu tão preto, enquanto uma mulher sem mãos que me olhava primeiro e deixou de ver-me depois, enquanto o porco, que só morre amanhã, me comia, comia, não tenho mãos também, não tenho cabeça, já não tenho cabeça mas continuo a ver (ANTUNES, p. 198).

Matar o pai com a mesma faca com que, juntos, mataram o animal representa

a equiparação social, pois perante a arma letal os três eram iguais. Com a mesma faca os dois selariam o mesmo destino e o sangue derramado pelos dois se misturariam.

O ato só pode ser realizado com a conscientização do sujeito deslocado, e a memória foi um dos pilares para o processo de identificação do filho preto que outrora encontrava-se impossibilitado de se inserir no contexto português. As marcações físicas, os traços e a cor carregam uma história de inferioridade e opressão. Embora seja criado por um português e sua família, existe no personagem outra vivência, e ela antecede o encontro entre o pai branco e o filho preto.

Referências

ANGELINI, Paulo Ricardo Kralik. Em nome do pai: ventriloquismo e subalternidade em *Até que as pedras se tornem mais leves que a água*, de António Lobo Antunes. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, n. 29, p. 95–112, jan./jun. 2018.

ANTUNES, António Lobo. *Até que as pedras se tornem mais leves que a água*. Lisboa: Dom Quixote, 2017.

ARNAUT, Ana Paula. Recensão crítica a '*Até que as pedras se tornem mais leves que a água*, de António Lobo Antunes. *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n. 199, Lisboa, p. 241-243, set. 2018.

BHABHA, Homi. O entre-lugar das culturas. In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

CABRAL, Eunice; JORGE, Carlos JF; ZURBACH, Christine (org.). *Actas do Colóquio Internacional António Lobo Antunes da Universidade de Évora* [texto impresso]. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2018.

CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002.

DA SILVA, T. T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000,

FANON, Frantz. O negro e a linguagem. In: *Peles Negras, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Raquel Trentin. Dinâmicas da figuração da personagem em António Lobo Antunes. *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n. 199, Lisboa, p. 31-40, set. 2018.

REIS, Carlos. A ficção portuguesa entre a Revolução e o fim do século. *Scripta*, v. 8, n. 15, p. 15-45, 2004.

SAID, Edward. *Fora do Lugar*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001). Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Póscolonialismo e Identidade. In: RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, António Sousa (orgs.). *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento. p. 23-85.

SILVA, Tomaz. Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Katherine. *Identidade e diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Editora Vozes: Petrópolis, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: 27/02/2021

Aprovado em: 12/04/2021